



Anais da Assembléia

N. 118

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 100.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1.987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Belinati e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achar-se em licença a Senhora Deputada Ironi Pugliesi.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem).
Solicito desta Mesa, primeiro porque me parece que não tem número suficiente de Deputados presentes, chamada nominal e, posteriormente, verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti) - Peço ao Primeiro Secretário que faça a chamada nominal.
(É feita a chamada nominal).

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Estão presentes 38 Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti) - Trinta e oito Senhores Deputados estão presentes. Vamos fazer a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Ata queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram sentar-se.

Trinta e cinco aprovam. Três rejeitam.

Está aprovada a Ata que acaba de ser lida pelo Senhor 2.^o Secretário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu gostaria que se registrasse o meu voto contrário à aprovação da Ata. Assim eu me manifestei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti) - Será anotado e constará nos Anais da Casa, Senhor Deputado.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 156/87 que torna obrigatório a adoção do vale-transporte pelo Poder Público Estadual.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 200/87, que regulamenta a eleição do Superintendente do IPE.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e com base nas disposições do Regimento Interno desta Casa, o adiamento de votação e posterior retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 97/85, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que cria o Município de Nova Tebas, a fim de que a referida matéria seja apreciada pela Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 97/85.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão e comunicado à família enlutada, voto de profundo pesar pelo falecimento do detetive Antônio Francisco do Nascimento filho, ocorrido na cidade de Toledo, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Antônio Francisco do Nascimento Filho, filho de tradicional família paranaense do Norte Pioneiro, era um dedicado policial, cumprindo as funções de Superintendente da Delegacia de Toledo, no Oeste Paranaense.

Mas Antônio Francisco tombou sob as balas de um marginal, aos 53 anos de idade, quando executava missão policial em que também saiu ferido o delegado de Polícia dessa Cidade.

Seu passamento nos choca a todos pela agressão que representa aos agentes da ordem, merecendo a mais vigorosa repulsa do povo paranaense.

Filho do saudoso Antônio Francisco do Nascimento, o detetive Nascimento era irmão do delegado de polícia aposentado Gidalti Ferreira do Nascimento, Presidente da União da Polícia Civil; do ex-Prefeito Antônio José do Nascimento, de Tomazina e também Diretor da Federação da Agricultura do Paraná, do Jornalista Celso Nascimento, Chefe de Reportagem da TV Paranaense - Canal 12.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Araújo, genitor do Vereador de Quatro Barras, Senhor Claudionor Gomes de Araújo.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa voto de congratulações à jornalista Neide Palmeiro, do Jornal "Gazeta do Povo", ao professor Anésio Berti, da Universidade Estadual de Maringá, e à jornalista Diana de Lima e Silva, desta Assembléia Legislativa, classificados, respectivamente, em 1º, 2º e 3º lugares no Concurso de Redação sobre o Livro Verde - A Terceira Teoria Universal, promovido pela Federação Paranaense de Cineclubes e União Paranaense de Estudantes e que contou com 172 participantes.

REQUER, ainda, dê-se ciência deste requerimento aos homenageados, bem como aos seus empregadores num justo reconhecimento aos seus méritos.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Conselho Regional de Medicina, em nome de seu presidente, Sr. Luiz Carlos Sobânia, votos de congratulações, pela passagem do "Dia do Médico", transcorrido em 18 de outubro fluente.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações e aplausos ao Jornal "Indústria & Comércio" pela instituição e entrega do troféu "Construtor do Grande Paraná" bem como o "Prêmio Personalidade I & C - 87.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Odone Fortes Martins, Diretor-Presidente do Jornal "Indústria & Comércio".

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Odone Fortes Martins, alvo desta nossa homenagem, seja como empresário de comunicação, seja como representante do setor empresarial diverso, está dando uma elevada contribuição para o desenvolvimento do Paraná em dois segmentos importantes: a imprensa livre, que com serriedade atua no interesse de engrandecer e consolidar o nosso Estado e a nossa gente; e a integração da área produtiva do Paraná, sempre prestigiada e destacada pelo seu trabalho.

A festa de aniversário do Jornal "Indústria & Comércio" foi mais uma reafirmação da confiança do Senhor Odone Fortes Martins no Paraná e nos empresários deste Estado. Tanto assim, que vale ressaltar a premiação feita na oportunidade, repetindo evento realizado nos anos anteriores. O Prêmio Personalidade I & C serve para homenagear aos que o receberam e também para realçar a atuação do Jornal dirigido pelo Senhor Odone Fortes Martins.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde Pública, pela excelente atuação do recém conveniado Posto do INAMPS situado na Rua Comendador Araújo, nesta Capital.

O referido Posto de Saúde, tão logo celebrado convênio entre a Previdência Social Federal e a Secretaria de Saúde do Paraná, recebeu expressivo esforço administrativo, mercê à competente direção do Dr. Gerson Nemes, estando com seu funcionamento plenamente regularizado, atendendo suas precípuas finalidades de prestação célere de serviços à comunidade.

Como o papel do legislativo é o da crítica construtiva quando de desacertos, mais importante é a sua atuação quando constata a correção no desempenho de missões de alta relevância, como as acima descritas.

Espera-se, também, que com o exemplo dignificante dessa unidade da administração, outras a sigam para atingirmos a tão sonhada perfeição do atendimento médico à população.

Outrossim, REQUER, ainda, que do inteiro teor deste requerimento, seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o Prêmio Personalidade I & C, em apenas duas edições, já se consolidou como um dos eventos mais expressivos na área jornalística e empresarial do Estado;

Considerando que em outros Estados do País eventos semelhantes têm proporcionado a salutar concorrência entre os setores de destaque na economia;

Considerando a lisura com que é feita a seleção dos premiados, através de votos diretos e isentos de parcialidade;

Considerando a necessidade de incentivar eventos desta natureza, o Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao jornalista Odone Fortes Martins, Diretor-Presidente do Jornal "Indústria e Comércio", ao mesmo tempo, REQUER ainda, que seja dado ciência da decisão da casa ao ilustre comunicador.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulação à Volvo do Brasil S/A pela comemoração dos 10 anos de atividade de sua indústria em Curitiba. A referida empresa trouxe modernidade e humanização ao transporte em massa no Brasil e sua atuação tem contribuído de maneira relevante para o desenvolvimento nacional.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência aos seus dirigentes.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações às jornalistas da "GAZETA DO POVO", Neide Maria de Lourdes e Marleth Silva, bem como ao seu ilustríssimo e nobre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho, pela conquista do primeiro lugar no concurso "Prêmio CEAG-PR" com a matéria "Negócio próprio, o sonho brasileiro".

REQUER, outrossim, que seja dado ciência aos referidos comunicadores.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

As jornalistas mencionadas, além de engrandecerem o jornalismo, contribuíram com a matéria "Negócio próprio, o sonho brasileiro", para retratar a difícil realidade econômica brasileira, elucidando,

assim, o mistério de uma atividade que apesar de tentadora, traz uma carga de lutas e sacrifícios.

Portanto, a matéria cumpriu com sua função social e, muito mais que isso, fez um alerta às autoridades sobre a precária situação porque passam nossos pequenos e médios empresários. Esta função social, indiscutivelmente, é inerente ao grande e conceituado veículo da comunicação que é a "Gazeta do Povo", dirigida pelo ilustre paranaense, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulação ao Município de Tupãssi pela passagem do seu 4º aniversário; município este que vem apresentando um ritmo acelerado de progresso, e contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento do Estado paranaense.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Prefeito da referida localidade.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Doutor Carlos Fagundes pela eleição como Presidente da Associação dos Advogados de Porto União da Vitória, bem como Requer a transcrição nos anais da Casa, do artigo assinado pelo advogado Odilon Muncinelli "AQUELE MENINO", publicado na página 10, da edição nº 2.100 de 10 de outubro de 1987, do jornal "O Comércio".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor Carlos Fagundes, assim como ao jornal "O Comércio".

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Existem pessoas que são lembradas e homenageadas pelo que têm ou pelo que fazem. Outras por tudo isso e mais: pelo que são. O artigo do Doutor Odilon Muncinelli, enfocando o Doutor Carlos Fagundes, pessoa muito querida em União da Vitória, cuja transcrição estamos pedindo, procura mostrar o que é e como deve ser o verdadeiro homem que serve de guia e exemplo. Referido artigo, publicado pelo Jornal "O Comércio", fala de Carlos Fagundes mas não diz tudo o que é esse cidadão que orgulha sua

cidade. Mesmo nessa síntese, entretanto, alcança o objetivo, que é não elogiar pelo simples elogio, mas sim citar um exemplo nestes tempos em que são raras a fibra, a persistência, a humildade.

Um menino simples, pobre, humilde, que na sua fragilidade de criança, enfrentou os desafios e se fez forte; não se intimidou na hora de enfrentar a vida. E chegou a uma posição de destaque e respeito na sua sociedade. Hoje é o advogado, o chefe de família, o líder e conselheiro. A crônica do jornal foi escrita para colocar em relevo a personalidade de Carlos Fagundes. E atingiu o objetivo; mesmo no espaço limitado historiou a existência digna do menino que labutou desde cedo, que começou como modesto contínuo de cartório e dirigiu o seu próprio; que a seu custo e sacrifício estudou, desde o primário até a faculdade; do homem que se aposentou como Serventuário da Justiça, mas entendeu que ainda muito poderia fazer. E continua trabalhando pela sua comunidade.

A transcrição será o registro para a posteridade. O registro dá exemplo de tenacidade e força de vontade do menino humilde que hoje é o presidente da Associação dos Advogados de Porto União da Vitória.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao Rotary Club de Curitiba, pela orientação que vem sendo prestada por profissionais de nível universitário no sentido de apresentar aspectos e esclarecimentos a respeito de suas profissões a jovens vestibulandos. Iniciativa essa de grande importância, uma vez que propicia sem dúvida, aos mesmos, condições de escolher com maior consciência a área onde irão atuar profissionalmente no futuro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Comissão Distrital da Juventude Rotariana.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de apoio às reivindicações da União de Mulheres de Curitiba, no sentido da criação da Casa de Abrigo, local destinado às mulheres espancadas pelos maridos e que não tenham para onde ir; e o estudo da possibilidade do funcionamento da Delegacia da Mulher de Curitiba, inclusive nos finais de semana e durante a noite, considerando

que os maiores atos da violência ocorrem nesses períodos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Conselho da Condição Feminina e à Delegacia da Mulher, da Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Solicitações como esta, têm se tornado preponderantes à medida em que se verifica um aumento alarmante de violências praticadas contra a mulher, a qual muitas vezes, por não encontrar na hora certa o apoio necessário, motivada pelo desespero, é levada a cometer tragédias de maiores relevâncias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de saudações de boas vindas ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da Jamahiria Árabe Popular Socialista da Líbia, Doutor Jabdala Azuz Al'Talre, que se encontra em visita ao Brasil, tendo mantido conversações com o Presidente José Sarney, na data de ontem, para aumentar o comércio entre as duas Nações.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Jabdala Azuz Al'Talre veio ao Brasil para aumentar o comércio entre as duas Nações, propondo troca de petróleo por alimentos e bens de consumo produzidos no Brasil. Por este motivo, pedimos envio de saudações de boas vindas (Bureau Popular da Jamahiria Líbia - SHIS - QL 15 - chácara 26 - Lago Sul, Brasília- DF - CEP 70462), diante do incremento das relações entre países terceiro-mundistas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Iporã no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face

ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Francisco Alves no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Tapira no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

co.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Umuarama no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Icaraima no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores

condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Kaloré no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Altônia no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Alto Piquiri no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- Inclusão do Município de Jussara no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos Municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por estes motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Mirasela - PR.

Tal reivindicação visa dar suprimento às necessidades locais em seus programas de ação social.

A população daquele município vem alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, com a realização de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Centenário do Sul.

Tal reivindicação visa dar suprimento às necessidades locais em seus programas de ação social.

Tanto o Sr. Prefeito, como Vereadores e a própria população daquele município vêm alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, com a realização de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de São Sebastião da Amoreira - PR.

Tal reivindicação visa dar suprimento

às necessidades locais em seus programas de ação social.

Tanto o Sr. Prefeito, como Vereadores e a própria população daquele município vêm alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, com a realização de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Primeiro de Maio.

Tal reivindicação visa dar suprimento às necessidades locais em seus programas de ação social.

Tanto o Sr. Prefeito, como Vereadores e a própria população daquele município vêm alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, bem como a execução de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Sertaneja - PR.

Tal reivindicação visa dar suprimento às necessidades locais em seus programas de ação social.

Tanto o Sr. Prefeito, como Vereadores e a própria população daquele município vêm alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, com a realização de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Porecatu - PR.

Tal reivindicação visa dar suprimento às necessidades locais em seus programas de ação social.

Tanto o Sr. Prefeito, como Vereadores e a própria população daquele município vêm alimentando grandes expectativas em torno do projeto, vislumbrando no mesmo, possibilidades de equacionar seus problemas sociais básicos, com a realização de obras prioritárias do Município.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, e ao Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, formulando apelo àquelas autoridades no sentido de que seja viabilizada a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Alvorada do Sul - PR.

Tal proposição prende-se ao fato de que o citado Município carece de recursos para execução de obras sociais básicas, as quais poderiam ser realizadas com os recursos financeiros gerados pelo projeto, razão que nos leva a apresentar o presente requerimento, para o qual solicitamos a devida consideração pelas autoridades competentes.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, Doutor Antonio José Correia Ribas, no sentido de se viabilizar a instalação de abrigos nos pontos de Ônibus intermunicipais nas rodovias estaduais e federais.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de se dar melhores condições e maior conforto à população deve ser meta permanente da administração pública.

Sabemos que o Governo Álvaro Dias, preocupado com o social, não medirá esforços para atender as carências do nosso povo.

Hoje, podemos observar, no tocante, que os habitantes das pequenas cidades, principalmente, e os da zona rural, quando necessitam de transportes coletivos intermunicipais, nos pontos existentes nas estradas, ficam expostos às intempéries climáticas por falta de abrigos específicos.

Portanto, Senhores Deputados, solicitamos às autoridades nominadas que urgenciem a colocação de abrigos nas estradas do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação de um Centro Previdenciário do IPE, em Maringá.

1. Governador ÁLVARO DIAS,
2. Superintendente do IPE, Senhor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Sehor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a razão da paralisação de obras da "Estrada Araruna", que liga a Cidade de Campo Mourão à cidade de Araruna através de pavimentação asfáltica.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga Araruna a Campo Mourão, que recebe atualmente pavimentação asfáltica, está paralisada. Este fato tem causado problemas à comunidade local e ao povo de ambas as cidades, tendo em vista que aquela pavimentação virá a solucionar um antigo problema de transportes naquela região, dificultando principalmente nos períodos chuvosos. Diversas autoridades e líderes comunitários de Campo Mourão e Araruna estão solicitando o reinício das obras de conclusão da pavimentação asfáltica da referida estrada.

tica da referida estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência- L.B.A., solicitando auxílio financeiro para a Casa da Sopa- CEMIC, de Goioerê.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Sopa é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que presta atendimento às pessoas carentes daquele Município. Diante da defasagem orçamentária, a referida entidade não dispõe de recursos financeiros suficientes para melhorar o padrão de atendimento que caracteriza sua atuação, e necessita desse auxílio para continuar atendendo condignamente as pessoas necessitadas daquele Município e Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil de Jandaia do Sul, no Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A população de Kaloré é de 5 mil habitantes na área urbana, e 8 mil na zona rural, possuindo dentre esses habitantes cerca de 700 mini e pequenos produtores rurais, o que resulta em expressiva circulação de dinheiro naquela localidade, notadamente no que se refere às atividades do comércio e agricultura, e, infelizmente conta apenas com uma agência bancária, cujo bom atendimento é inviabilizado pelo excessivo número de clientes e horário escasso, dificultando o acesso de muitos agricultores e trabalhadores ao banco.

A proposta para instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil de Jandaia do Sul, se limita ao fato de que o Município de Kaloré pertence àquela Comarca, e a sua unidade administrativa, no que diz respeito ao trâmite de documentação e demais interesses advindos dos agricultores, são feitos através do Município de Jandaia do Sul.

Certamente, esta reivindicação trará

muitas e inequívocas vantagens à toda população Kalorense,, atendendo assim os seus variados interesses, os quais estão expressos nas cópias do abaixo-assinado e ofício da Prefeitura Municipal de Kaloré, encaminhados ao Banco do Brasil do Município de Borrazópolis, que juntamos ao presente requerimento.

Por se tratar seguramente de uma justa aspiração, esperamos por parte desta Superintendência, após um estudo a respeito, a determinação para a instalação da sub-agência do Banco do Brasil em Kaloré.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de recursos, a serem arbitrados por sua Excelência, para o Centro Espírita Allan Kardec, de Londrina, para que esta entidade possa dar continuidade às suas obras sociais.

A instituição em apreço proporciona atendimento médico a mais de 60 pessoas semanalmente, nas especialidades de ginecologia, pediatria e clínica geral, sendo que seu objetivo principal é o atendimento a crianças carentes, na faixa etária de 6 a 12 anos, com alimentação, instrução escolar e profissional. Somente este programa assiste a 40 crianças, em convênio com o Instituto de Assistência ao Menor.

Além destes, mantém ainda, programa de assistência a gestantes carentes que recebem semanalmente orientação maternal, alimentação suplementar e, ao darem a luz, recebem um enxoval completo para seu filho.

Considerando as dificuldades financeiras pelas quais a entidade vem passando, pois sobrevive de donativos, julgamos que o auxílio que o Estado venha a lhe proporcionar seja medida das mais justas e oportuna, razão pela qual encarecemos o devido apoio dos nobres Pares, no sentido da aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Deputados Ulisses Guimarães e Bernardo Cabral, respectivamente Presidente e Relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, na forma da minuta anexa.

Outrossim, Requer ainda, que da decisão da Assembleia seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Uraí, iniciadora do movimento que ora tem nossa adesão.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

MINUTA

Senhor Presidente.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sempre manifestou-se de forma favorável à manutenção de direitos adquiridos, mormente daqueles que são frutos de conquistas de classes, após ingentes lutas.

A nobre categoria do magistério, depois de incessantes lutas, conseguiu obter o reconhecimento das autoridades e do Poder Público em relação às peculiaridades de seu trabalho, sendo contemplada com aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço público.

Ocorre que, noticiários veiculados pela imprensa estão a alarmar todo o Magistério, quando se informa que poderável parcela de parlamentares estariam tendentes a abolir esse benefício, estendendo a aposentadoria dos professores para trinta anos.

A iniciativa retrógrada em nada contribuirá para o ensino no Brasil, estando apenas a prejudicar tão valiosos servidores.

Assim, não compactuando com a nociva idéia, pleiteamos de Vossa Excelência seu voto e a orientação de seus pares, no sentido da manutenção do dispositivo, com a aposentadoria integral dos servidores integrantes da classe do magistério aos vinte e cinco anos.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência as manifestações de nosso apreço e consideração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Antônio José Correia Ribas - Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a construção de acostamento ou parádouros na altura da PR- 495, até os Distritos de Flor da Serra e Jardinópolis, ambos no Município de Medianeira, numa extensão de 16 Km.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O intenso tráfego no trecho mencionado tem provocado sérios acidentes necessitando, portanto, da urgente construção do acostamento ou parádouros, que venham proporcionar melhores condições de segurança ao grande número de transeuntes que são

obrigados a passar por lá. O nosso desejo é proteger a população, daí a razão do apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor-Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Campo Mourão presta relevantes serviços de atendimento aos deficientes físicos daquele Município. Por tratar-se de entidade filantrópica em fase de estruturação, necessita de auxílio financeiro para aquisição de móveis e equipamentos necessários às atividades que se propõe a realizar.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja coibido o uso de cigarros dentro das dependências do Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com a devida anuência do Plenário, seja fixada a data de 1º de dezembro deste ano para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná para José Augusto Sandreschi.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado, usando suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Assembleia Legislativa do Paraná dos artigos: "Bresser: "Brasil não suspende a moratória" e "Ministro culpa a imprensa por inflação", publicados pelo Jornal "Indústria & Comércio", nesta data, às páginas: 01 e 03 de autoria do Jornalista Liones Rocha.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em Ata dos Trabalhos da presente sessão, do documento do Sul (em anexo), que resultou da reunião de Secretários de Agricultura, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul, em 13 de outubro de 1987, em Florianópolis.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 283/87

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica declarado de Utilidade Pública, o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tomasina - CODETOM, com sede e foro no Município de Tomasina.

Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública encontra-se devidamente instruída pelas peças exigidas pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para Declaração de Utilidade Pública. (artigo 1º itens I a IV).

Encontra-se a mesma legalmente registrada no Livro "A", de Registros de Pessoas Jurídicas, às fls. 32/33, sob o nº017, Tomasina, 22 de agosto de 1983.

Pelas disposições estatutárias, a entidade em questão visa promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, proporcionando com isso uma melhoria no convívio entre os moradores do lugar, integrando-os. Além de promover atividades assistenciais, diretamente ou através da integração de seus moradores.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido, por não haver razão de ordem legal e constitucional, que impeça o seu acatamento, esperando com isso que o mesmo venha a seguir o seu curso normal por esta Colenda Casa.

PROJETO DE LEI Nº 284/87

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE SÃO JORGE", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Parque São Jorge, localizada no Município de Almirante Tamandaré, foi constituída com a finalidade de congregar os habitantes da localidade em torno de seus problemas fundamentais, promovendo o seu desenvolvimento comunitário, bem como o da comunidade em que estão inseridos, e proporcionando a seus associados condições adequadas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar e de se desenvolver.

Encontra-se devidamente legalizada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Rio Branco do Sul; registrada sob nº 48, do Livro A- 1, e protocolada sob o nº 179.

Por estas razões, esperamos o devido apoio dos nobres Pares, pela aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Nele, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Alves, do PTB.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós, Deputados eleitos pelo povo, que sentimos também na carne o sofrimento do povo brasileiro, especialmente do trabalhador da nossa terra, ficamos, Senhores Deputados, ficamos Senhor Presidente, frustrados, quando vemos nos jornais e na televisão brasileira, o Ministro da Fazenda, Senhor Bresser Pereira, dizer que arrocho salarial só existe na cabeça do trabalhador, só existe na cabeça de juizes e quem faz isso, diz ele, que é a imprensa.

Ora, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a situação que se encontra o trabalhador do País, ganhando uma miséria de Cz\$ 2 mil e 600 cruzados por mês... com altas e mais altas no custo de vida, com altas e mais altas no petróleo, o leite de cada dia da criança brasileira, como disse outro dia a nossa "Tribuna", o leite no País está sobrando, o preço do leite para o produtor é satisfatório. Ainda outro dia, numa reportagem que eu vi na televisão, um produtor de leite dizia que o preço recebido está ótimo, está bom para o produtor, e o nosso Governo Federal dá aumento no leite, dá aumento ao produtor, repassando para o consumidor.

Vejam Senhores Deputados, será que um pai de família, que ganha 2 mil e 600 cruzados tem condições de comprar leite para duas ou três crianças pequenas?

Será que um pai que ganha Cz\$ 2 mil e 600 cruzados tem condições de comprar um pãozinho de 100 gramas para seus filhos,

porque terá alta, já no próximo mês, o pão, Senhores Deputados!

Então, nós, que somos Deputados eleitos pelo povo, ou que temos um programa de rádio, povão, em Maringá, é um programa direcionado ao homem do campo, à periferia da cidade, assim também como o Deputado Alborghetti, e demais Deputados aqui que são realistas, que convivem com a dificuldade, com a fome que existe neste País ficamos tristes e constrangidos quando vemos o Ministro da Fazenda ir à imprensa e dizer que arrocho salarial não existe, só existe na cabeça do trabalhador.

Para mim este homem está louco!

Para mim é um homem que já deveria ter saído, ou nem entrado, para compor este Governo do PMDB!

Lamentamos que isso está acontecendo neste País, onde o pobre trabalhador passa fome, onde a cada minuto que passa, três crianças morrem de fome, nesta Pátria tão rica!

E nós, que convivemos com a classe pobre, o trabalhador, sofrendo, morrendo, pagando com lágrimas e suor o seu erro da eleição passada, sentimos também frustrados. Por que? Porque em vez de termos um Ministro da Fazenda trabalhando, procurando melhorar a cada dia o salário do pobre trabalhador brasileiro, ele ainda vai na imprensa brasileira insultar ainda este pobre trabalhador, que passa fome, que anda pelado, anda descalço, fica doente não pode nem ir à farmácia, tomando chá caseiro, morrendo à mingua, dizer que não existe arrocho salarial!

Então, nós Deputados, eu, por exemplo, creio que os Senhores também, sentimos nos magoados em ser insultados por um homem que está acabando com esta Nação, fazendo o trabalhador brasileiro de escravo branco, e ainda recebendo insulto, porque diz que não existe arrocho salarial nesta terra!

Então, Senhores Deputados, Senhor Presidente, aqui fica o meu voto de repúdio a esse Ministro, porque era ele que deveria estar ganhando Cz\$ 2 mil e 600 cruzados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. JOSÉ ALVES - Muito obrigado.

Que o Senhor Ministro Bresser fosse um trabalhador de Cz\$ 2 mil 600 cruzados para ver se daria para ele se manter.

Portanto, é um insulto deste Ministro! Eu, como Deputado, manifesto o meu voto de repúdio e para mim este homem tinha que sair já deste Ministério, porque o brasileiro está cansado de sofrer, de passar fome!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao segundo Orador inscrito, Senhor Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:
(Lê):

"Mais do que a competência administrativa, está demonstrando, o povo tem sede de moralidade.

Os elevados índices de aprovação popular que o Governo Álvaro Dias vem experimentando, não há dúvida, são reflexo, entre outros detalhes, do comportamento probó que vem incutindo nos seus atos de Governo.

A energia com que o Governo tem atacado a corrupção instalada em todos os Governos que se vêm sucedendo no Paraná, mais proximamente no Governo Richa e até no seu próprio Governo, merece, como vem merecendo, o aplauso entusiástico de todos os paranaenses.

Nesta ótica, a intervenção do ex-governador José Richa de que a insistência nos comentários sobre a sua moralmente comprometida administração é encomendada para desestabilizar e fender a monolítica coesão do PMDB, é, no mínimo, esdrúxula e pueril, irreconhecível até, às sombras do magnífico perfil político que o hoje Senador dos paranaenses construiu aos olhos da opinião pública.

A coesão, nessas condições, além de falsa, é espúria, e contraria o elevado padrão ético-político que sempre reconhecemos, norteia o comportamento do PMDB.

Nesta hora em que se torna imprescindível dar-se ao Governo Álvaro Dias a absoluta liberdade e confiança para perseguir o ideal administrativo da transparência e da probidade, que em instância mais próxima representa a sempre reclamada redenção da classe política aos olhos da opinião pública, tão comprometida sempre pelas ações, omissões, atos de nepotismo e outros descabros que desviam o efetivo objetivo de gerir o patrimônio público para a realização dos anseios sociais, em um nível de austeridade com os mais elevados padrões morais, lastimavelmente procrastinados.

Nesta hora, mais do que nunca é a hora de todos os Parlamentares desta Casa formularem um pacto suprapartidário que permite ao Governador Álvaro Dias manter os seus princípios, a sua linha, a consecução de um Governo sério, estreitamente ligado aos objetivos e aos anseios dos paranaenses.

As declarações do Senador José Richa, neste contexto, são profundamente infelizes, merecem o nosso repúdio. Particularmente, porque contradizem o interesse

público de assistir ao seu Governo plenamente identificado com o respeito que se deve a quem participa, de forma incisiva, para tornar possível a realização de Governo.

(Termina de Ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra, ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A cidade recepcionou, ontem, o Ministro Bresser Pereira conhecido como "o risadinha do Planalto", que veio até Curitiba trazer uma grande novidade, qual seja, a de que neste País não existem crises, de que se procura inventar crises para vender espaço na televisão e nas emissoras de Rádio.

Senhores Deputados, é uma característica do Homem procurar, sempre, um culpado por seus atos, que não conseguem agradar nem mesmo a si próprio, ou, que são frutos de sua irresponsabilidade. Nestes casos, em especial, o homem procura sempre encontrar um "bode expiatório".

Ontem nós falávamos aqui desta tribuna, do problema do Césio-137; dávamos nossa opinião sobre o problema, e hoje voltamos a abordar o mesmo problema, o mesmo assunto, só que de forma um tanto quanto diferente.

Vejam os estragos causados por essa diminuta e insignificante "bombinha atômica", que tem o tamanho de um alfinete!

São as vítimas, que estão hospitalizadas, algumas inclusive já tiveram membros amputados, outros, com a pequena Lady e seu pai, estão desenganados; outros, vejam bem - não somos nós que afirmamos, são os médicos - levarão as consequências pelo resto da vida que tiverem!

E o lixo contaminado? Uma verdadeira guerra criou-se, porque ninguém admite recebê-lo, até mesmo os índios colocaram-se em "pé de guerra" e partiram para Brasília, em marcha, para lutarem pelos seus direitos - se é que eles têm direitos neste País. Mas, as consequências estão aí.

De repente apareceu a irresponsabilidade dos órgãos do Governo, que não têm nenhum controle sobre os aparelhos radioativos, ninguém sabe para que serve a sucata atômica que é Angra I; e a verdade está aí, minha gente, para todos que queiram vê-la.

Mas alguém tem que ser o culpado deste caos, desta irresponsabilidade, claro que deve haver culpados, e, pelas consequências trazidas pela cápsula de Césio-137 já foram encontrados os culpados, aliás, nem poderiam ser outros, porque, toda vez que

algum crime é cometido contra a população, os culpados são, sempre, os mesmos - a imprensa. Ontem isto foi ratificado também aqui, com relação à crise no País, quando o Ministro falou também que a imprensa é a culpada. A imprensa sempre é o "bode expiatório"! Há crise no futebol, é a imprensa que provoca a crise; há crise no País, é a imprensa que provoca a crise; há um descrédito na classe política, a imprensa é a culpada! Sempre se procura jogar a culpa em cima da imprensa.

Ora, minha gente! A cápsula de Césio-137 deixou marcas neste País. Existem queimados, condenados, e, pelo jeito, tudo deve ser invenção ou fantasia da imprensa. Esquecem os Senhores Médicos, inclusive, que a imprensa tem por obrigação levar a verdade dos fatos. E pelo menos ainda existe um pouquinho de liberdade de imprensa neste País onde tudo, lamentavelmente, é burlado, é escondido, a imprensa, com dificuldades, com sacrifícios, graças a Deus, ainda consegue ser um pouco verdadeira.

Aí vem o Ministro Bresser Pereira e diz, para todo mundo ouvir, que a imprensa é culpada porque não existe crise neste País.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pelo jeito, Vossa Excelência o Ministro não sabe que existem neste País milhares de crianças morrendo, milhares de crianças passando fome, milhares de brasileiros desempregados, milhares de pessoas sem poder sequer comprar um remédio, que dirá uma comida. E o Ministro Bresser vem ao Paraná, gastando o dinheiro nosso. Aliás, o Presidente Sarney ontem deixou este País em pânico, porque havia uma expectativa de que ele fosse divulgar a nova lista de Ministros, e o Brasil parou e até a bolsa de valores sofreu em consequência disso, e no entanto esta relação não saiu. Está na hora do Presidente da República realmente mudar esta equipe de Ministros preguiçosos e acima de tudo mentirosos, que procuram encontrar na imprensa um "bode expiatório" para a crise que existe neste País.

Fica aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, repúdio, não apenas de um Deputado do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, mas, acima de tudo, de um homem de imprensa que tem procurado durante todos os anos de luta neste "metier" mostrar a verdade dos fatos, doa ela a quem doer.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Retorno a essa tribuna, hoje, para concluir os meus pensamentos sobre a Segurança Pública do Estado do Paraná, de cuja Comissão faço parte junto com o Presidente, Deputado Alborghetti, Algaci Túlio, Raul Lopes e demais companheiros.

Ontem fiquei preocupado, alguns companheiros defendem a tese, outros acham que está tudo normal, mas eu ainda retorno a esta Casa para dizer aos nobres companheiros que temos que ter pulso. Nós fomos eleitos para junto com o Governador e seus Secretários e nós todos Deputados para defender o Estado do Paraná, seja ele do partido que for, não estamos aqui para brincadeira e nem para dar recado e por isso fazemos parte de um Governo e fazemos parte também de uma sociedade e dos eleitores que nos elegeram. E a Comissão de que faço parte, pedi para Vossa Excelência, o Presidente da mesma para ir até Umuarama verificar os fatos, e hoje, ainda, precisamos urgentemente. Por que que o Presidente desta Assembléia constituiu por Lei as Comissões? Porque nós temos uma estrutura aqui nesta Assembléia Legislativa, que custa dinheiro do povo, para trabalhar para o Estado do Paraná. Esta estrutura custa muito caro para Sua Excelência o Presidente e o Secretário, e tem que manter, porque nós cobramos isso deles, e nós não fazemos as vezes o serviço que compete às nossas Comissões para prestar um serviço adequado junto com toda a máquina do Governo para sermos bons representantes do Estado do Paraná. Por isso, convido a todas as Comissões, no momento que nós somos convidados para participar, temos dificuldade até para levar os próprios Deputados para participar das Comissões, para resolver um assunto e ele fica atrasado. Porque aqui na Assembléia Legislativa precisa-se convidar um Deputado quatro ou cinco vezes para participar da Comissão a que ele pertence, para resolver os problemas. Talvez fique a máquina administrativa parada, pois os Deputados não comparecem à Comissão. Desculpem-me os Parlamentares, mas eu sou desta formação e é o meu primeiro mandato, mas eu queria realmente colocar.

Outra coisa que não vi acontecer ainda nessa Assembléia: temos a CPI, até hoje não vi um Parlamentar vir aqui defender, explicar para nós, como está a CPI, quem é que ele colocou na cadeia, quem é que tem razão, porque ele foi preso. Está que nem aquele negócio do ex-Ministro Abi Ackel. Ele roubou todo o ouro do nosso País, está solto, não está preso. Quem é que fica sabendo o que é que aconteceu? Vamos parar com brincadeira, nós vamos voltar nas bases buscar votos, eu sou cobrado também pelos eleitores quanto a nossa responsabi-

lidade perante o Estado e o Governo. Sou da oposição, mas eu gosto muito quando tem honestidade no seu trabalho.

Também, quero lembrar ao nosso nobre companheiro que ainda ontem usou da palavra, Sua Excelência, o Deputado Pedro Tonelli. Olha aqui, eu não faço parte da UDR, mas eu defendo a atitude do Presidente da UDR. Eu queria lembrar aos companheiros, que faço parte, junto com este presidente, nas conversas para as quais ele me convida. Eu o vejo defender o trabalhador, eu o vejo defender os pequenos proprietários, eu o vejo defender os grandes proprietários.

Talvez destes Deputados que estão aqui conosco, haja muitos deles cujos pais vieram nos porões dos navios, de outros países e hoje têm um pequeno pedaço de terra aqui em nosso País e porque não temos um homem que nem o Caiado para defender os nossos direitos, e até dos trabalhadores, porque eu nunca vi o Caiado ser contra os trabalhadores. Eu participei de palestras com ele, porque viemos aqui dizer que ele está comprando armas. Porque nós, Deputados, andamos armados e temos até metralhadora em nossos carros, não é para defender a nossa pessoa? Levamos até segurança. Porque não temos hoje garantia da nossa vida. Então porque esse homem tem que ser condenado porque está comprando armas?

Eu estranho muito a atitude dos nossos Deputados. Porque que o Governador tem que encher de armas aí essa cidade, em todos os lugares. O Presidente também, embora eu seja contra o Presidente da República, pelos atos, pela incompetência desses governos... (é retirado o som).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito. Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde que assumimos nosso mandato nesta Casa, procuramos manter o melhor relacionamento possível com os nossos companheiros de Bancada, com os nossos colegas de Parlamento.

Viemos da região de Umuarama. A maioria dos municípios pertencentes à micro-região nós temos a satisfação de nesta Casa representá-los. Representamos aquela região ao lado do companheiro Nelson Vasconcellos, ao lado do companheiro Dirceu Manfrinato, companheiro do nosso Partido, do PMDB.

Viemos para a Casa, na tentativa, Senhor Presidente, Senhores Deputados de fazer um trabalho com seriedade, com honradez, fazer um trabalho em defesa do povo da nossa região, em benefício do povo de

Paraná.

Sabemos que existem companheiros outros, que tiveram votos na nossa região, companheiros da nossa Bancada, a quem sempre dedicamos respeito, a quem sempre damos boa acolhida na nossa região.

Respeitamos os nossos companheiros de outros partidos, que têm também interesses em defender os seus municípios, em defender aqueles que para cá me mandaram, mas o que nós não podemos nesta Casa é como um dos representantes de Umuarama e da região, aceitar as injustiças ou até denúncias demagógicas daqueles que na verdade não acompanham o andamento, o tratamento de uma administração séria, correta, como é a administração do Governador Álvaro Dias, como é o trabalho dedicado na Secretaria de Segurança pelo Secretário Noronha.

E acima de tudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Prefeito de Umuarama, Antônio Romero Filho, se destaca hoje em todas as pesquisas feitas no Estado do Paraná como um dos melhores Prefeitos do Estado, e posso assegurar, que ele é o melhor Prefeito que Umuarama já teve, e com certeza o Município demorará para ter outro Prefeito como Antônio Romero.

Não quero, Senhor Presidente, nobres Companheiros Deputados e Senhoras Deputadas, discordar, Deputados de outros partidos, Deputados da Oposição, não quero em hipótese alguma tirar-lhe o direito de reivindicação, mas uma reivindicação que seja feita na base de uma forma e da mesma forma aqui na Casa, porque às vezes no Interior se comenta que está ao lado tentando buscar solução, mas na verdade a crítica não é a busca da solução. Reporto-me neste momento com relação à denúncia insistente que faz o Deputado Alexandre Ceranto. Requer ele a Comissão de Segurança desta Casa, pela qual nós temos um profundo respeito, respeito pelos Deputados que a compõem e respeito pela sua Constituição nesta Casa.

Desnecessário seria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a formação de uma comissão de 3 ou 4 Deputados para ir até Umuarama averiguar a situação da Delegacia de Polícia. Isto seria, meus companheiros, assinarmos um atestado de incompetência se aceitássemos a visita desta Comissão da maneira como ela é solicitada. O Deputado que requer essa comissão deveria pensar que ele, bem como o Deputado Nelson Vasconcellos e nós, representamos aquela região, como representamos também o Município de Umuarama. E seríamos 3 Deputados incompetentes se viéssemos aqui pedir para que os nobres companheiros constituíssem Comissão para averiguar municípios da nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos, eu discordo, não da ida dos companheiros da Comissão a Umuarama; discordo desta Comissão constituída, porque somos Deputados atuantes, defendemos os interesses de Umuarama e da nossa região e não fazemos nesta tribuna discursos demagógicos. E nós voltaremos na continuação da reunião, para dizer mais algumas coisas com referência a alguns requerimentos apresentados nesta Casa, pelo Deputado de oposição, Alexandre Ceranto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, seguinte orador inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem fizemos algumas referências com relação à programação de formatura de estudantes da área de Agronomia, quando falamos da presença incômoda, no Paraná, do líder Nacional da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado. Falamos da afronta que é a presença do Presidente da UDR quando milhões e milhões de brasileiros se vêem cerceados no direito à terra e no direito à vida.

Falou o Sr. Caiado sobre a corrupção em uma entrevista dada aos jornalistas de que é preciso acabar com a corrupção. Certamente esta voz deveria ter sido levantada em Goiás, no período em que o Sr. Leonino Caiado foi Governador daquele Estado, porque foi durante o período do governo Caiado em Goiás que a corrupção aflorou e ganhou espaço naquele território.

A voz da elite rural, contrária à Reforma Agrária, agride e afronta a pobreza deste País. Enquanto temos mais de 30 milhões sem teto, enquanto temos mais de 30 milhões de brasileiros sem terra, as mãos hábeis do ortopedista Caiado dizem aos sem-terra e aos sem-teto, nas suas colocações magníficas e geniais de quem cursou universidade para ser médico e terminou sendo médico de bois, o que em última instância nos parece o médico operador de vermes ou um castrador de touros. O Sr. Caiado, diante de sua proposta, reserva ao povo sem-terra e sem-teto, a terra do cemitério, ou embaixo da unha. Esta foi a sua fala. Esta é a sua direção. Este é o seu posicionamento com relação ao povo que caminha desesperançado, jogado de um canto a outro, pior do que o lixo radioativo que goiânia nos ofereceu. É a proposta formulada por Caiado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje um pequeno produtor arrendatário do Norte do Paraná me visitava na Assembleia, onde veio trazer sua esposa para ser internada

em Curitiba. Ele ironizou a presença de Caiado. Disse: - "Deputado Scarpellini, por que vocês e mais alguns amigos não resolveram o problema da UDR num leilão que teve no Hotel Iguazu, aqui em Curitiba?" Eu disse: - "Mas como resolver esta questão?" Então ele me disse que eu me unisse com mais alguns amigos e arrematasse o Caiado e soltasse no pasto. Mas, antes de soltar, vacinassem contra a raiva.

Realmente, seria uma grande solução. Isto para os sem-terra deste País. Mas, certamente, não seria para os rebanhos que poderiam ser contaminados pelas loucuras e pela idiossincrasia que o Sr. Caiado prega e ostenta neste País.

E, por falar em ostentar, ele ostenta os milhões de hectares de terra que tem em Goiás, ostenta as milhares de cabeças de boi que tem para enfrentar a pobreza em que vivem os trabalhadores sem terras, que não têm um cachorro ou cabrito para carregar ou arrastar pelo rabo, e no entanto, ainda vêem a ostentação formulada pelo Sr. Caiado, fazendo juntamente com outros Caiados da vida, os grandes leilões de bois, de touros, de cavalos, para arrecadar fundos para a campanha da UDR, para inviabilizar a vida de milhões de brasileiros. E ainda tem a desfaçatez de vir afrontar o Parlamento e os Parlamentares, e a sociedade brasileira, quando diz que se as propostas da UDR não forem votadas na Constituição, vai haver um grande levante neste País.

Já não chegam os assassinatos cometidos em Goiás, ao longo dos anos, e principalmente no período em que o Sr. Leonino Caiado foi governador daquele Estado. Já não chegam os assassinatos cometidos no norte de Goiás, no sul do Maranhão, no Araguaia, onde centenas de índios foram assassinados pelas balas certeiras dos pistoleiros contratados pelos grandes fazendeiros que lá vivem.

Como se isso não bastasse ainda, afronta o povo deste País, dizendo que vai propugnar um grande levante para não deixar que propostas que viabilizam a vida da grande maioria da sociedade brasileira, sejam implantadas.

Ora, estamos a um passo do grande confronto, realmente, porque se a grande maioria do povo do Brasil não for ouvida, não for atendida pela Assembleia Nacional Constituinte, ela certamente irá para as ruas, como grande parte nas ruas já está, silenciosa, sem ter onde morar, sem ter teto, sem ter o que comer, sem ter a mínima condição de continuar vivendo.

Certamente, aí veremos então o grande confronto feito à grande maioria do povo, que está marginalizada e a grande maioria, que quanto mais come mais quer comer, que

representa a UDR e que representa o Sr. Caiado e outros que aí estão, através da TFP e de outros organismos, tentando, cada vez mais, concentrar a riqueza, matando milhões e milhões de brasileiros e marginalizando a grande maioria dos brasileiros que vive neste país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram estas as nossas colocações e esperamos que os Parlamentares tenham a sensibilidade suficiente para dizer um basta e um não a esses arrogantes que vêm aqui em nome da concentração e da elite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente consulto o Deputado Basílio Zanusso, se fará uso do seu tempo.

Vossa Excelência dispõe de trinta minutos para proferir a sua oração.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Brasil é reconhecidamente um País marcado por grandes e gritantes contrastes.

À riqueza de seu solo e à ostentação faustosa das sedes e prédios públicos, contrapõe-se à situação de miséria e penúria em que vive a grande maioria do povo brasileiro, desprovido de escolas, habitação, saúde, transporte e lazer, condições indispensáveis a uma vida digna.

Mas, é na Administração Pública nacional - aí compreendidas as esferas municipal estadual e federal - que os contrastes mais se acentuam. É aí que as diferenças mais chocam, quer pela discrepância do tratamento entre as diversas classes de servidores, quer pelo absurdo das diferenças que separam algumas de suas categorias e a inegável maioria dos trabalhadores. Trabalhadores esses que sobrevivem com os salários só comparáveis aos dos países em pior estágio de subdesenvolvimento.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me ater a esse inqualificável abuso que se observa no serviço público, onde algumas categorias de privilegiados se constitui em verdadeira afronta, não só à imensa maioria dos servidores mal remunerados, mas a todo o contingente de trabalhadores que recebem míseros salários para sobreviver em meio a toda sorte de dificuldades e privações.

Tal situação, é forçoso que se diga, não é nova em nosso meio. Tem origem em nossas próprias origens coloniais, quando a dependência da corte dava "status" e quando a própria distância entre a terra-mãe e a nascente colônia já propiciava o surgimento dos primeiros abusos.

Com o passar dos tempos, foram se ampliando as deformações estruturais. E, com

elas, surgindo verdadeiras castas de privilegiados, até chegarmos à vergonhosa e revoltante situação de hoje, em boa hora mostrada ao País pelos meios de comunicação, especialmente pela televisão.

É bem verdade que nem tudo foi revelado. Ainda permanecem envoltas em mistério algumas situações que se sabe igualmente chocantes, existentes nas empresas estatais e em setores dos diversos poderes, alguns incompreensivelmente avessos à transparência nesse campo.

Convém desde logo frisar que, em todos os casos, tais servidores, como é óbvio, são remunerados pelos cofres públicos. Exatamente por isso, nada justifica que o povo - a quem cabe, em última análise, mantê-los - não possa tomar conhecimento de quanto recebem esses servidores!

Afinal, por quê o mistério? Em nome de que superior interesse se poderia privar a opinião pública de saber quanto ganham aqueles que, antes de mais nada, devem servir ao povo?!

A verdade, Sr. Presidente, é que esse é apenas um detalhe, embora revelador de uma anomalia que precisa ser atacada e corrigida. O inegável, em toda essa questão, é que a consciência brasileira está a exigir um posicionamento, uma solução. Não é mais possível agir com tolerância e brandura em matéria de tal gravidade. Enquanto é tempo, há que se corrigir as distorções. Há que se agir com firmeza e determinação, a fim de acabar de vez com os abusos cada vez mais gritantes e afrontosos à realidade nacional. Não é admissível, quando se exige, a todo instante, sacrifícios e mais sacrifícios dos trabalhadores mais humildes e mesmo às classes empresariais, através de avassaladora carga tributária, que continua privilegiando alguns, em nome de falsos conceitos ou em obediência a normas injustas, quando não, iníquas.

É preciso acabar de vez com os privilégios que infestam e infelicitam a administração pública brasileira. Como é preciso acabar também com todos os privilégios destinados a favorecer atividades, empresas, grupos ou regiões, sob pena de não se criar uma premissa de igualdade, condição indispensável à existência de uma verdadeira democracia.

E, aqui, quando me refiro a privilégios, não excluo aqueles que beneficiam parlamentares magistrados e militares, mediante tratamento diferenciado no tocante ao imposto de renda.

Assim, entendo ser este o momento de colocarmos ordem na Casa. Afinal, está em elaboração uma nova Constituição para o País. E embora não se queira uma Carta Magna detalhista, é de todo necessário que, em matéria de tal envergadura, uma norma

geral seja traçada, para que se elimine desde logo toda e qualquer possibilidade de abusos, em relação ao Poder Público.

Um dos pontos a ser definido, seria a fixação de um limite no comprometimento dos orçamentos com o pagamento de pessoal, cabendo aos governos a adequação de seus quadros, num prazo curto, 65% no máximo, poderia ser esse limite, conforme aliás já sugerido à Comissão de Sistematização da Constituinte.

A essa determinação, outras mais se acresceriam, como a absoluta proibição de contratações ou admissões de servidores, sem o competente concurso público, assim como a vedação de gastos com publicidade pessoal e personalista - esse mal que cada vez mais ataca nossos governantes e corrói as finanças públicas.

Além disso, haveria que se fixar tetos máximos para os vencimentos de servidores públicos, atuem eles na administração direta ou indireta, atendendo-se evidentemente a nuances e peculiaridades locais e regionais, mas sempre com um balizamento superior e intransponível.

Seria esta, Sr. Presidente, senão a solução, pelo menos o início de um disciplinamento maior no serviço e na atividade pública, de forma a evitar que os abusos continuem corroendo o erário e afrontando a massa trabalhadora e os contribuintes deste País.

O momento para se estabelecer essa e outras formas de controle é este: controle tão ou mais importante que muitas das reformas pretendidas - reforma agrária, reforma urbana e outras -, pois da maior seriedade no trato da coisa pública decorrerão sem dúvida as condições indispensáveis a solução dos graves problemas sociais e econômicos que afligem o País e levam ao desalento o nosso povo.

Na verdade, deixar simplesmente que as coisas continuem acontecendo ao sabor das conveniências e dos interesses, será o mesmo que consagrar o caos como norma de governo. Aliás, no rumo e no ritmo que marcham as práticas abusivas, aquilo que já se verifica em diferentes unidades da Federação, não tardará a se tornar regra. Ou seja, não arrecadarão os cofres públicos sequer o necessário ao pagamento de seus próprios servidores e à extravasão dos arroubos publicitários dos governantes.

Ora, além do que tal descalabro representa ou representaria, impedindo o cumprimento das verdadeiras tarefas de governo, correremos, ainda, o sério risco de vermos a desordem levando ao desatino todas aquelas categorias pessimamente remuneradas, integrantes ou não do serviço público. Afinal, o campo em que medram injustiças torna-se igualmente fértil à dis-

seminação da discórdia e à proliferação do germe da revolta.

Exatamente por isso, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é que faço questão de fixar uma posição contra todo esse emaranhado de situações injustas e insidiosamente perturbadoras, hoje agasalhadas na administração pública brasileira, situações que cabe à Assembléia Nacional Constituinte corrigir, enquanto é tempo.

Daí, o grito de alerta e o apelo que faço, por representar, com toda a certeza, o anseio de todo o povo brasileiro: é preciso estabelecer critérios justos e honestos de remuneração para os servidores públicos. É preciso acabar com os privilégios e com os abusos, independente de sua localização e de quem os pratique.

E, para isso, a hora é agora. A hora em que o povo se encontra com os olhos voltados para a Constituinte, esperançoso ainda de que um novo Brasil esteja por nascer!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista, e concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, somente para comunicar à Mesa, que nós temos aqui a visita do Vereador por Curitiba, José Gorski, do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e se sente honrada de contar com a presença do Vereador José Gorski em nosso Plenário.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Cidade de Curitiba e o povo do Paraná, o de Curitiba, por extensão, assistiram ontem, estupefatos, a sobremesa irônica, debochada, de escárnio com a necessidade do povo, que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, serviu ao banquete que o governador Álvaro Dias, em palácio, lhe ofereceu.

Foi certamente o almoço para o qual não estavam convidados os legítimos interesses populares.

Saiu, Sua Excelência, do Palácio, dizendo que o arrocho salarial só existe na cabeça dos trabalhadores e é fabricado pela grande imprensa, pelos jornalistas assalariados da grande imprensa que, em sendo assalariados e se dirigindo a uma classe média assalariada, fabricam o arrocho salarial, para as manchetes, jamais ele existindo!

Na cabeça desse Ministro reina a mais absoluta felicidade da Nação, talvez porque, esquecido do bem do povo, ele esteja entre os que sonham com um novo "Dia do Fico", um "Dia do Fico" às avessas, ou seja, ao contrário do que aconteceu quando o Senhor D. Pedro I, chamado e instado pelo povo, foi à janela do Paço Imperial - este, mesmo cenário do motim de rua contra o Presidente Sarney - e disse:

"Diga ao povo que eu fico".

Agora, o Presidente Sarney diz ao povo que fica!

Mas o povo diz ao Presidente Sarney, ao seu Ministro irônico e a todos que o apóiam que não fiquem, que vão, e que vão e vão depressa, para os subterrâneos da História!

Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperança sente-se no dever, dada a proximidade do "Dia do Funcionário Público", de cobrar a urgência da Mensagem Governamental que dá a reposição salarial justa, para o funcionalismo do Estado do Paraná.

Peço à Casa, que use da experiência de uma Liderança como a de Erondy Silvério, ou peço mesmo à Liderança do PMDB, que faça um desses requerimentos de transformação do Plenário em grande Comissão, como se fez quando precisavam contrair empréstimo no Exterior, com a pressa como se fez quando da votação da Reforma Administrativa, com aquele pensamento monolítico; que se transforme o Plenário em grande Comissão e que se vote uma folha complementar para o funcionalismo público do Estado, ainda para ser assinada pelo Governador, no próximo dia 28 de outubro que é o "Dia do Funcionário Público".

Vejam:

As pessoas não comem elogios, as pessoas comem pão, e o pão está 15% mais caro; as pessoas bebem leite, e o leite já está custando mais caro; as pessoas comem e bebem além dos elogios, por isso, além do feriado, nós precisamos da urgência de uma folha complementar que ainda em outubro dê ao funcionalismo do Paraná o que é previsto na Lei Federal. Não será o Governo do Paraná, só porque recebe o Ministro Bresser em Palácio, para banquete, mais cruel do que o Ministro Bresser, não pode, o Governo do Paraná, deixar de ser justo em vista de uma determinação federal expressa em Lei, em Decreto, não pode de-

repente se esgotar, se arrastando por 20 dias, 30 dias, um mês, dois meses, três meses, para depois vir como forma de presente de natal. Direito não é presente, direito é obrigação e, e direito trabalhista é direito a ser defendido pelo Estado sob pena de cair a máscara dos donos do poder e se provar efetivamente que o poder está apenas atrelado ao capital. Nós cobramos o respeito à força trabalhadora do Paraná, porque também cobramos respeito aos empresários. Se o Estado obriga a empresa privada a fazer a digna reposição salarial, porque é que o Estado não age da mesma maneira?

O Plenário ou a grande Comissão, uma folha complementar para o "Dia do Funcionalismo Público" para ser paga ainda em outubro e há pressa nesta mensagem, 6,27% da perda salarial em cada mês, setembro, outubro e novembro pesa muito. E como eu disse, o povo não come elogios.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo para um aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Excelência. Eu preciso ainda me reportar a uma outra consideração que eu quero trazer para este tempo exíguo das Oposições. A idéia de que se hoje em dia se voltasse à escravidão extinta há cem anos no Brasil seria mais barato manter os trabalhadores livres e ganhando este miserável salário mínimo, do que manter a humanidade na senzala. Fiquem imaginando um senhor de escravos humanitários, que desejasse ter os seus escravos com todos os dentes, vestidos com seus calções de linho, vestidos dignamente, aqui no Sul com os ponchos, tecidos de lã de carneiros cardados na fazenda, fiquem se imaginando seus escravos que fizessem ordem na sua senzala, ele se fizesse uma senzala digna e convenientemente provida, com pão, com alimentação, com assistência: ele teria custo muito maior do que o miserável salário mínimo da Nova República.

Manter um escavo com todos os dentes, desde o nascimento até a hora da sua morte, dar-lhe digna sepultura, como faziam alguns dos Senhores escravocratas descritos por Gilberto Freyre na sua obra magistral "A Casa Grande e a Senzala", certamente Senhores Deputados é muito mais caro do que pagar Cz\$ 2 mil e 600 cruzados por mês, e depois, à hora da morte, ao fim da vida, condenar a pessoa à miserável aposentadoria dos nossos tempos, e mandá-la para essas filas de deserdados no Hospital de Misericórdia, no Albergue São João Batista, no Hospital Erasto Gaertner, enfim, mandá-las aqui para a porta desta Assembleia, para depois de mortas elas ainda

precisarem do caixão da caridade pública, e ainda ficarem muito agradecidas aos que somos Deputados porque lhes demos a condição de uma embalagem para presente para entrada na eternidade.

Ora, Senhores Deputados, a senzala é mais cara do que a atual forma de serviço. No entanto, nós vemos no Congresso Nacional os Senhores da Casa Grande e da Senzala, Deputados do Nordeste, dizendo que eles têm 292 votos e que são uma só vontade e uma só força. É preciso alertar ao Paraná, à Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, que os pobres do Nordeste também se mudaram para cá, só a Casa Grande ficou lá. A Casa Grande ficou no Nordeste, a Senzala espalhou-se pelo Brasil inteiro. Os oprimidos pela pobreza estão pelo Brasil inteiro, estão em volta da nossa Curitiba, estão morrendo à mingua nos espaços da nossa cidadania. Precisamos nos levantar, os que somos do Sul, contra este propósito nordestino de privilegiar organicamente na Constituição, na letra da constituição, os Estados do Nordeste.

São regras do princípio Federativo, e a fome, a miséria, o desemprego, o sofrimento, o arrocho salarial, infelizmente existem também nos nossos campos, nas nossas searas, na nossa paisagem.

Tem o Deputado Dirceu Manfrinato o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço, porque o horário de Vossa Excelência já está vencido, ilustre poeta Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Antes, porém, registra com satisfação, esta Presidência, a presença em nosso Plenário do Senhor Omar Negrão, Vereador de Arapoti, acompanhado dos companheiros de Bancada, Antônio Brizola, Presidente da Câmara; José Maria Carneiro Filho, Vereador de Arapoti; Valdir Rosa, também Vereador de Arapoti; além do Prefeito de Arapoti Luiz Fernando de Massi, e registra, também com satisfação a presença do Prefeito de Nova Aliança do Ivaí, Senhor Walter Alves.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, se me permite Vossa Excelência registrar também a presença do ilustre Presidente da Cooperativa Agrária de Entre Rios, Senhor Matias Leh, juntamente com assessor daquela notável organização, Dr. Eugênio, que se encontram na galeria de

honra à minha frente, neste Plenário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assim como a outros Deputados, que me antecederam nesta tribuna, foi das piores a impressão que tive, ao observar as manifestações do Senhor Bresser Pereira nesta vinda ao Paraná, a convite do nosso empresário.

Veio, viu e voltou. Não sou nada ao que já se sabe, isto é, está mais do que difícil encontrar luz no fim do túnel, com esta política econômica na expectativa de encontrar um novo instrumento para maquiular os números da inflação brasileira, oferecendo-nos um quadro totalmente diverso do real.

As declarações do Senhor Bresser Pereira, hoje publicadas pela imprensa, refletem que, realmente, lá em Brasília, vive-se isolado do resto do País, como numa autêntica ilha da fantasia. É duro aceitar as desculpas de incompetência, quando elas continuam baseando-se unicamente no passado, sem oferecer soluções no presente. Mais duro ainda, é ouvir do Senhor Bresser Pereira que a imprensa é culpada por uma crise que, diz ele, não existir no País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ficou a impressão, nesta visita do Senhor Bresser Pereira, cujo sorriso parece ser ironia a desgraça que vive o brasileiro, e é muito fácil encontrar culpados para desculpar a falta contínua de soluções.

Negar que existe, hoje, arrocho salarial, é debochar da capacidade de entendimento do brasileiro, cujo orçamento cada vez mais minguado, afasta-o de uma mesa farta e de conquistas de conforto. Jogar sobre os ombros de uma imprensa que se tornou capitalista no seu modo de ver as coisas, foi a desculpa mais esfarrapada que encontrou, quando se sabe que essa mesma imprensa, apenas reflete o que observa na imagem da população brasileira, sendo testemunha dos fatos que diariamente afligem este País.

Condenar os aumentos salariais dados a bancários e até a militares, foi outra fórmula de sair pela tangente, quando não encontrou explicações para o insucesso de seus planos econômicos, cada dia uma experiência nova a reboque da situação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, agiram bem e merecem nossa solidariedade os empresários como Carlos Alberto Pereira de Oliveira e Attilano Ohms, quando refutaram muitas das afirmações do Senhor Bresser Pereira ontem no Paraná. Mostraram que ninguém vem até aqui passar um atestado de ignorância à realidade em que vivemos, fantasiando com desculpas vãs a falta da capacidade que parece minar esse Governo, jogando-o num clima de incerteza e de intranquilidade.

Ao tentar mostrar que a crise econômi-

ca em que vivemos só existe na cabeça dos empresários que não querem investir, Bresser Pereira, demonstrou o quanto muda o homem que não chega a um posto do Governo. Ligado à administração do Grupo Pão de Açúcar tinha uma visão como homem; no Governo tem outras e até condena o empresariado do qual antes fazia parte.

Ficou claro, Senhores, não é esse tipo de conversa, ou com esse tipo de conversa que o Senhor Bresser Pereira e tampouco o governo vai conseguir nos convencer. De boas intenções - já disse alguém - até o inferno está cheio. É preciso soluções, é preciso dinamismo, é preciso certeza para que o empresariado invista e o povo esqueça o fantasma da recessão que continua a lhe rondar constantemente. Não adianta teimar que não existe crise quando toda a sociedade vive uma das suas fases mais difíceis em todos os segmentos desta Nação.

Como representante do Partido Liberal nesta Casa, quero manifestar minha preocupação. Às explicações do Senhor Bresser Pereira não justificam. E neste rumo, o porta-voz econômico do Governo Federal deixa-nos cada vez mais, temerosos de continuarmos administrando conforme vão surgindo os problemas. Sem planejamento este País não conseguirá sair da ridícula posição em que nos lançaram lá fora, isto é: os grandes caloteiros mundiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança do Deputado Ezequias Losso e registra com satisfação a presença em nossas galerias do Senhor Matias Leh, Presidente da Cooperativa Central Agrária Limitada de Entre Rios e Guarapuava.

E consulta a Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu tempo. DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Passo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usarão da palavra os Deputados Domingos Scarpellini e Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente as palavras do Deputado Rafael Greca que disse que é mais fácil pagar os Cz\$ 2 mil cruzados de salário-mínimo do que manter na senzala, como era antigamente na época da escravidão. O

ilustre Deputado coloca a situação do trabalhador brasileiro como a situação dos escravos à época da escravidão.

Eu quero apenas para rememorar um pouco a situação que ora estamos vivendo dizer que o ilustre Deputado, ex-membro da ARENA e do PDS e defensor de Jaime Lerner e de Ney Braga, que o Governo e o modelo atual veio para a Nova República com os vícios deixados por aqueles que o Senhor defendeu na trincheira da antiga ARENA e do PDS. Portanto, até desacostumar, até separar os bezerros das vacas, é a síndrome de desmama. E nós acreditamos que um dia este País seja mais justo para os seus trabalhadores e nós sabemos, como sabe também o ilustre Deputado do PDT, que esses vícios que a máquina administrativa nos deixou, se comparados aos vícios fisiológicos que muitas pessoas têm de fumar, de beber, é difícil de se abster deles, mas compete à nova ordem, que será implantada neste País e a nós, os Deputados que para cá viemos alterar e moldar uma nova Constituinte para o Estado e acabar com estes vícios e a estrutura administrativa arrebitada que nos foi deixada pelos anos de ditadura e, principalmente pelas mãos do homem que o Senhor Rafael Greca sempre defendeu, que foi o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, "O Grande", juntamente com Jaime Lerner, que foi Prefeito nomeado de Curitiba.

O restante do tempo ficará com o Deputado Nilton Barbosa que irá também fazer algumas colocações com relação à política regional na área de Umuarama.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, como dizia o nosso apresentador, continuaremos nos referindo à Região que com muita honra representamos nesta Casa, ao lado dos eminentes companheiros como Nelson Vasconcellos e Dirceu Manfrinato, de nosso partido. Sempre atentos às reivindicações dos nossos Prefeitos, dos nossos vereadores, das nossas lideranças políticas, acompanhamos os diversos órgãos do Governo e estamos procurando sempre ver todas as necessidades.

Com relação ao caso do requerimento em que o Deputado Alexandre Ceranto pede a constituição de uma Comissão composta por Parlamentares integrantes da Comissão de Segurança desta Casa para averiguar a situação da Delegacia de Umuarama, como dizíamos no Pequeno Expediente, na sua última estada em Umuarama, o Governador Álvaro Dias entregou uma viatura à Delegacia da referida Cidade. Liberou Cz\$ 436 mil cru-

zados para os reparos devidos nas celas. Já está sendo providenciado, com o início previsto para estes dias, o esgoto feito pela Prefeitura, com o auxílio e convênio com a EMOPAR.

É exatamente isto que precisamos fazer: acompanhar as reivindicações e levar as soluções.

Quando disse que estaríamos assinando atestado de incompetência, não me referi nem a um nem a outro. Digo que nós, representantes de Umuarama e região, se precisarmos que os companheiros Parlamentares desta Casa, quer seja da Comissão de Segurança, ou de outras Comissões, fossem às nossas regiões para averiguar problemas de ordem administrativa, é porque seus representantes devem estar desatentos aos problemas da região. E eu, assim como o Deputado Nelson Vasconcellos, assim como o Deputado Dirceu Manfrinato, que somos Deputados do partido situacionista nesta Casa, não estamos desatentos. Pelo contrário. Estamos procurando manter a melhor atuação possível nesta Casa, para que possamos levar as obras adiante, indo ao encontro dos anseios das nossas cidades, de nossa Região.

Para citar como exemplo, me reportaria a outros requerimentos. Acho justo, acho certo o que o Deputado Alexandre Ceranto reivindica na sessão de ontem, também, através de requerimento...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? Assentimento.

Vou ser breve, em razão do horário que Vossa Excelência ocupa na tribuna. Quero apenas endossar as palavras de Vossa Excelência quando fala na administração da Cidade de Umuarama.

Umuarama foi muito feliz na escolha de Prefeito. Nosso ex-colega de Assembleia Legislativa, hoje Prefeito, Antônio Romero Filho. Nós somos testemunhas, porque a nossa região parlamentar é praticamente vizinha de Umuarama e nós sentimos no município de Cianorte e gostaria ilustre Deputado, e vou mais além, eu gostaria que Cianorte tivesse a felicidade de ter na Prefeitura um prefeito da altura e da capacidade de Antônio Romero Filho.

Quero endossar as palavras de Vossa Excelência, parabenizá-lo pela escolha também do brilhante companheiro, Deputado Nelson Vasconcellos e Vossa Excelência, que tão bem tem trabalhado, procurando ajudar no desenvolvimento de Umuarama.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu agradeço o aparte que vem só ilustrar o nosso pronunciamento.

Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com relação a mais um

requerimento do eminente Deputado Alexandre Ceranto no dia de ontem, que reivindicava a implantação do programa "Mutirão" em Umuarama e nos seus distritos.

Eu gostaria de informar que Umuarama já está com diversas unidades concluídas no Projeto Mutirão: Umuarama "um", Umuarama "dois", Umuarama "três", são projetos já concluídos e há outros que estão em andamento, como é o caso de 15 unidades, em Perobal. Existe um projeto elaborado para a construção de casas em todos os distritos do Município de Umuarama.

Ainda mais, para que esta Casa tenha conhecimento da preocupação do ilustre Prefeito Antônio Romero Filho, iniciará em dias próximos, mais 300 casas no Município de Umuarama, para que possa fazer o desfalecimento necessário.

Daí a nossa concordância que Deputados, mesmo da Oposição, façam as suas reivindicações mas não façam reivindicações em cima do que já está sendo feito, porque a administração Antônio Romero Filho, eu volto a dizer, se não é a melhor do Paraná, é uma das melhores do Paraná. Dizem isso as pesquisas e o povo do Paraná e de Umuarama.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Terei a grande satisfação de, em dias próximos, fazer um relato de tudo o que já foi feito até hoje e o que tem programado a Administração de Antônio Romero Filho e aí os Senhores irão concordar conosco e ver que Prefeito da estirpe de Antônio Romero Filho, quer Dirceu Manfrinato para Cianorte, querem outros para administrar as comunas que hoje tem problemas administrativos.

É com alegria e satisfação que defendemos o Prefeito Antônio Romero Filho, que está preocupado com os problemas de Umuarama, porque é a terra de que ele gosta e a terra que ele adora.

Eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 35/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dispõe sobre a obrigatoriedade do diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC), nas Casas Hospitalares do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. COM SUBSTITUTIVO GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 199/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao PADRE JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 75/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MARIALVA", com sede e foro no município de Marialva Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 83/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública o "CLUBE DE ORATÓRIA DE APUCARANA", com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de "MARIA NÍFA GARANHÃO". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.T.C., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria o Distrito Administrativo de Pau D'Alho do Sul, no município de Assaí, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 182/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I.", do Distrito de Yo-

landa, município de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES - ACROL", com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná aos IRMÃOS LAFAYETTE E RICARDO QUEIROLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 194/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE IPORÃ - A.P.I.", com sede e foro no município de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 88/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que autoriza o Poder Executivo a isentar as Instituições reconhecidas de Utilidade Pública pelo Estado, das taxas de água e energia elétrica, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Rejeitado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que denomina ESCOLA ESTADUAL MARIA SCARAMELLA MOREIRA - Ensino de 1° Grau a Escola Estadual do DER, localizada no município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- **Aprovado.**

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós pedimos a verificação de votação, já esgotada, mas eu acho que não havia "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência fez, com muita tranquilidade, apontou os números e ninguém alertou a Presidência e ninguém reclamou do

resultado da votação.

O SR. RAFAEL GRECA - A desatenção momentânea do Plenário não desobriga o cumprimento da lei. E parece-me que não havia "quorum" para deliberação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Sr. Presidente. É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência informa ao Deputado Rafael Greca que as votações normais na Assembléia têm sido realizadas simbolicamente e com os Deputados presentes. Porém, se a cada votação nós formos fazer a verificação, cabe ao Plenário solicitá-la à Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, com todo o respeito que merece Vossa Excelência, mas não podemos aceitar as afirmações que Vossa Excelência faz ao Plenário, dizendo que enunciou com muita tranqüilidade o número de Deputados que votaram favoravelmente, e o número de Deputados que votaram contrariamente. Mas cabe à Mesa, e exclusivamente à Mesa, determinar ter havido ou não "quorum" para aprovação da matéria, e Vossa Excelência sabe que não houve. Isto cabe exclusivamente à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência anunciou o resultado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas cabe à Mesa dizer que não há "quorum" para votação, isto é dever precípua da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Como ninguém reclamou da decisão da Mesa, foi aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas cabe a Vossa Excelência, não precisa ninguém reclamar.

Vossa Excelência é quem dirige os trabalhos e sabe que Vossa Excelência pode extrapolar o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência pode requerer a verificação de votação nesse projeto que está sendo votado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não. Vossa Excelência tem o dever indeclinável de

enunciar não ter havido "quorum" para aprovação, e não é matéria vencida, desculpe-me o nobre Deputado Caíto Quintana. É um erro lamentável da Mesa. Não é matéria vencida. É um lamentável erro da Mesa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nós já votamos quatro projetos e Vossa Excelência não estava em Plenário na hora da votação. E eu peço ao Sr. Presidente que considere a matéria vencida, em virtude de já termos votado 4 projetos após a votação deste.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não é verdade. Eu estava adentrando em Plenário e este é o primeiro, não são 4.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu consulto à Mesa quantos projetos foram votados após a votação do que interessa ao Deputado Erondy Silvério, que não estava no plenário na hora da votação. Não estava no plenário. Vossa Excelência tem uma Emenda Substitutiva e devia estar no plenário para sustentá-la e não estava. Eu consulto à Mesa para saber quem falta com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Dois projetos foram votados.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, a mesma serenidade que Sua Excelência tem em informar ao Deputado Caíto Quintana que dois projetos foram votados, leva-nos a apelar a Vossa Excelência que proceda como Presidente da Casa e evite a transformação do Plenário da Assembléia do Paraná numa gincana de rapidez, ou de espaços, ou de sentidos, ou de tempos como se fosse uma disputa estudantil, sair pegando, mordendo a maçã ou dando cacetada numa moringa. Não é uma prova de tempo o ato de legislar no interesse da população do Paraná. Não é uma prova de tempo, é antes um ato de vontade legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, sabe da tranqüilidade que este Presidente tem mantido nas decisões. Foi chamada a atenção e ninguém reclamou. Agora se Vossas Excelências concordaram com o anúncio do resultado e com a aprovação do projeto, e como 2 projetos já passaram, esta Presidência mantém a sua decisão e pede aos demais companheiros que estejam atentos. Porque nós, normalmente, temos votado matéria sem número e ninguém reclama.

Agora se Vossa Excelência teve um projeto prejudicado e estando presente em Plenário, eu peço vênica a Vossa Excelência para manter a minha decisão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, apesar de ser uma matéria vencida, eu quero ressaltar a integridade do Sr. Presidente, uma vez que não foi pedida verificação de votação, haveria interesse do ilustre Deputado Rafael Greca como autor do projeto, e se estivesse interessado, na verdade, poderia ter solicitado à Mesa verificação de votação. Mas isto foi um artifício utilizado pelo ilustre Deputado Rafael Greca - sabendo que o seu Projeto é inconstitucional, ele usou desse artifício sabendo que seu Projeto não teria viabilidade de ser aprovado pelos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em discussão. Em votação o Projeto...

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Eu só quero lamentar e protestar, para a História, dizendo o seguinte:

Que, Kafka, se fosse paranaense, encontraria nesta Assembléia fortes concorrentes para a sua literatura do absurdo! É só isto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e retribui a Vossa Excelência a mesma história, para que projetos de Vossa Excelência ou de sua autoria, não deixem de ser aprovados, sem número.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Quando esta Presidência colocar em votação, Vossa Excelência poderá fazer a verificação requerida.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto n° 171/87, autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, em Regime de Urgência, com sua discussão encerrada. Em votação. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 172/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Be-

nemérito do Paraná ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que cria o município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 97/85.
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga, com sede na localidade de mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na confluência dos rios Muquillão e Corumbataí nas divisas dos municípios de Iretama e Jardim Alegre; subindo pelo rio Corumbataí até a foz do rio Taquaruçu, confrontando-se com os municípios de Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas e Pitanga; daí por uma linha seca e reta com extensão aproximada de 18.000m (dezoito mil metros) confrontando-se com o município de Pitanga, até atingir a confluência dos rios Liso com Palmital; daí desce pelo rio Liso na divisa do município de Roncador até a sua foz no rio Muquillão; continuando por este na divisa com o município de Iretama, até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.85.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento:

Anibal Khury, Hermas Brandão, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli e Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores de Nova Tebas em ver o seu Distrito elevado à condição de Município, está bem demonstrado através do abaixo-assinado anexo a este Projeto.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividade daquela comuna, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de Nova Tebas serão potencializados com a criação do novo Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê es-

truturado como núcleo urbano capaz de des-centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei que, temos a certeza, merecerá aprovação desta Casa.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 sessões, do Projeto de Lei nº 97/85.- **Aprovado.** (Fica portanto, retirado por 3 sessões, o Projeto de Lei nº 97/85).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista o interesse e a necessidade da emancipação de Nova Tebas, declaro o meu voto contrário ao requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência recebe o voto de Vossa Excelência e mandará anotar em Ata.

Ainda sobre o Projeto de Lei nº 97/85, existe requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, solicitando que o referido Projeto de Lei seja encaminhado à Comissão de Terras, para apreciação. Em votação o Requerimento.- **Aprovado.**

Esta Presidência ainda deve uma satisfação ao Plenário, e principalmente ao Deputado Rafael Greca, eis que, na quinta-feira, quando esse Projeto esteve em votação e em que este Presidente estava a presidir a sessão, esse Projeto não obteve "quorum" e, foi votado, na segunda-feira. Então, esta Presidência mantém a lisura que sempre manteve. Como não houve dúvidas, e com a presença do Deputado, sobre o resultado da votação, esta Presidência manteve o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Araújo, do município de Quatro Barras.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Francisco do Nascimento Filho, ocorrido no município de Toledo.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para o Projeto de Lei nº 199/86.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 81/87, que cria em cada Delegacia de Plantão, um cargo de Assistente Social, Advogado e Psicólogo.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 268/87, oriundo da Mensagem Governamental nº 96/87, que trata do reajuste salarial e do crédito residual a partir de 1º de setembro do corrente ano, a todos os funcionários públicos.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 267/87 e 268/87, oriundos das Mensagens Governamentais nºs 86/87 (altera dispositivo no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e 96/87, dispõe sobre a aplicação das disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei nº 2335, aos funcionários públicos de todas as categorias.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, com apoio dos Srs. Deputados Rafael Greca, Luiz Carlos Alborghetti, Cândido Bastos e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição nº 40/87.- **Em votação.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem 10 minutos para encaminhar a votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento ora em votação, com assinatura de 39 Srs. Deputados se refere a uma proposta de Emenda Constitucional de nossa autoria apresentada no dia 07 de abril de 1987, com o seguinte teor:

(lê).

"Artigo Único - O Parágrafo 1º do Artigo 160 da Constituição do Paraná é alterado ficando com a seguinte redação: Parágrafo primeiro - Promulgada a Constituição Federal a Assembleia Constituinte compor-se-á em comissões para redigir e encaminhar o projeto de acordo com o regimento especialmente criado para elaboração da nova constituição".

A Comissão especial de reforma da Constituição se manifestou no dia 18 de junho de 1987 através do ilustre relator Basílio Zanusso, presidida pelo Deputado Edmar Luiz Costa, cuja comissão opinou favoravelmente à Emenda Constitucional.

Pois bem, Srs. Deputados, de que trata essa Emenda Constitucional? É sabido que no início desta legislatura, em Sessão Solene, foi promulgada uma Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo, do então Governador João Elísio Ferraz de Campos, a qual transformava essa atual legislatura em Assembléia Constituinte e determinava a composição de uma Comissão de 15 Deputados encarregados de elaborar um Projeto de Constituinte aqui no Paraná.

Esta iniciativa do Poder Executivo ao final da legislatura passada foi aprovada pelos Deputados de então. A nossa idéia em modificar tão rapidamente uma Emenda Constitucional recentemente aprovada é no sentido de que não apenas 15 Deputados tenham o privilégio histórico de elaborar o anteprojeto da Constituinte.

Nós não vimos como democrático que 15 Srs. Deputados, tenham um privilégio acima dos demais, uma circunstância toda especial de serem os condutores do processo constituinte do Paraná. A nossa visão é mais ampla, a nossa visão quer a participação de todos os Srs. Deputados, daí porque esta nossa Emenda, no sentido de que todos os Deputados participem.

Se os Senhores bem notaram, a minha proposta elimina os 15 privilegiados e determina que haverá comissões para encaminhar o projeto, de acordo com o regimento que também será elaborado com a participação de todos os Deputados.

Pode parecer estranho, mas hoje eu não venho falar pela Maioria, eu me preocupo mais pela Minoria, porque num processo de constituinte, nós temos que ter a dignidade de reconhecer que a Minoria, neste aspecto se coloca, se não nos mesmos parâmetros, mas pelo menos nos mesmos direitos de participação da elaboração constitucional.

Não vejo justificativa de se manter este projeto originário do Executivo, porque alguns Deputados que aprovaram, hoje não pertencem a esta Casa, outros que não a aprovaram, hoje aqui se encontram. Há uma composição nova na Assembléia Constituinte do Paraná.

Essa Emenda foi feita antes, portanto, das eleições de novembro de 1986 e o resultado da eleição é que determina a legitimidade para essa elaboração de Projeto Constituinte paranaense. É bem verdade que aqui no Paraná nós não somos 559 Constituintes, mas somos 10% disso, 54 Constituintes Estaduais. A persistir que 15 Deputados formam a Comissão Especial, nós enfrentaríamos um paradoxo. Acompanhem o meu raciocínio: 15 Deputados elaboram o anteprojeto, a maioria de 15 é 8, decidido pela maioria, na Comissão dos 15, prevalece a opinião de 8. Ora, se 8 Deputados, que é a maioria de 15, podem elaborar o

Projeto, depois para se derrubar qualquer artigo, qualquer dispositivo, nós teremos que ir em busca de uma outra maioria, e a maioria de 54 é 28. Vejam, Srs. Deputados, que nós estamos num verdadeiro paradoxo; 8 Parlamentares podem elaborar um projeto e depois, para modificá-lo, é necessário que 28 Srs. Deputados façam um esforço concentrado para derrubar aquilo que 8 podem construir. Pelos cálculos matemáticos, portanto, verifica-se que na verdade essa intenção que veio do Executivo de então, não tem o amparo democrático, não tem o espírito próprio de Constituinte, que é a participação de todos aqueles que foram eleitos para esta missão.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo em um aparte a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Logo em seguida, Sr. Deputado.

Além dessa minha preocupação com a Minoria, embora esta Comissão no seu texto garanta a participação dentro dos critérios da proporcionalidade, na minha justificativa e me permita ler, assim me pronunciava. (Lê):

"Ademais, corrige-se uma injustiça que se cometeria contra os pequenos Partidos, e em especial àqueles que possuem apenas um Deputado nesta Casa.

Qual seria a representação proporcional de um Deputado, o próprio? Se assim fosse, teria a participação de 100%, logo não seria proporcional. Se não integrar a comissão dos 15, não teria participação nenhuma, também não seria proporcional.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Regimento não permite. Eu posteriormente vou solicitar à Mesa para encaminhar a matéria, também, ilustre Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado, Deputado.

Assim sendo, hoje nós vamos decidir pela urgência desta Emenda Constitucional. Estamos acompanhando as decisões da Comissão de Sistematização, estamos vendo afunilar-se o encaminhamento dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, e nós precisamos aqui começar a pensar seriamente qual o projeto constitucional que o Paraná precisa neste aproximar do século XXI, é bem verdade que obedecidas as limitações que a futura Constituição vai nos determinar. Mas é bem verdade, também, Senhores Deputados, que este Projeto vai nos permitir uma maior participação do Legislativo na elaboração constitucional dos Estados e, para isso, nós precisamos ser criativos, mas acima de tudo, e especialmente, sermos democratas no sentido de que

todos os Deputados possam participar, seja através das comissões no estudo preliminar do Projeto de Constituinte Paranaense, seja posteriormente no Plenário, razão porque hoje, quando nós vamos votar o regime de urgência, eu peço aos nobres companheiros da minha Bancada e aos companheiros da Oposição, que se somem a essa vontade, que é uma vontade democrática dos momentos em que estamos vivendo, isto é, momentos de Constituinte, de soberania, de justiça e de liberdade.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero nesta oportunidade parabenizar o ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan por esta atitude democrática, uma atitude que merece acima de tudo o respeito e a consideração deste Parlamento.

Eu entendo, Senhor Presidente, que a Constituição não é apenas o interesse do Parlamento, a Constituição é acima de tudo o interesse de um Estado e de um País. E se existe na própria Constituição o direito de um cidadão brasileiro disputar os cargos públicos para que represente no seu pensamento o desejo daqueles que escolheram; se nós estamos aqui neste Parlamento, nós estamos com uma procuração de uma população, de um município, de uma região e de um Estado. E esta procuração foi outorgada pela confiança depositada, acima de tudo pelos eleitores; e acho que a Constituição tem o dever de atender a todas as aspirações das camadas sociais de uma população.

E por que não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parabenizar o ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan quando no seu Projeto inclui os 54 Senhores Deputados deste Poder Legislativo? Eu entendo que a participação de todos os Parlamentares, seja de todos os Partidos que têm assento neste Poder Legislativo, é importante, porque não podemos apenas somar a adaptação da Constituição do nosso Estado com a sigla partidária. Temos que somar com a representação popular que temos do povo do Paraná. Temos que colher as idéias do PT, do PFL, do PTB e do PL, que têm assento neste Poder Legislativo. Se hoje existem alguns impasses através da Constituição Federal que está sendo elaborada, se há alguns erros, estes erros poderão servir para este Poder Legislativo como frutos e como idéias para que, na nossa adaptação, não cometamos erros.

E é isto Senhor Presidente, Senhores Deputados. Para uma Constituição ser fortalecida, tem que haver a participação de todos. Até acho que a Constituição Federal, que está sendo elaborada deveria ouvir mais um pouco a população. Entendo que ela está sendo um tanto precipitada e já há algumas matérias que foram vetadas e que eram de interesse da comunidade brasileira.

Sou a favor, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, da pena de morte neste País. E, lamentavelmente, na constituição Federal ela não passou...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Poderá passar em Plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Porque vamos torcer para que isto aconteça. Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a honestidade e a formação de um brasileiro vem respaldada do berço, do respeito e da qualidade. Se aqueles que não querem conviver com a sociedade, querem conviver com marginais, destruindo as famílias e os lares, não merecem o respeito de conviver junto com uma sociedade honesta e democrática.

É por isto que quero neste instante ser solidário ao Deputado Nereu Carlos Massignan, tenho grande respeito e admiração pelo seu grande trabalho prestado neste Poder Legislativo e prestado ao Paraná. As suas posições, em que têm colocado aos seus pareceres nos Projetos de Lei, merecem ser destacados, pela sua grande capacidade. E faço um apelo à Bancada do meu partido, como vice-Líder do PMDB nesta Casa, faço um apelo para que a adaptação da Constituição deste Poder Legislativo não fique apenas só dentro do PMDB. Se nós do PMDB, que desde 1964 pregávamos contra a Revolução e pedíamos democracia no Brasil e no Paraná, não podemos cercear o direito dos outros partidos desta Casa de participar conosco na adaptação da Constituinte e acho ainda que este mérito de ser a Assembleia Legislativa do Brasil Constituinte, este mérito não pode ser dividido para meia dúzia. Este mérito tem que ser dividido em fatias iguais a todos os Senhores Deputados. Porque nós passaremos na história da vida pública. Outros virão e irão dizer que nós aqui, em 54, pelo menos procuramos fazer o melhor para o povo do Paraná, e que servirá de exemplo às novas lideranças que virão.

Muito Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PDT, nós queremos realmente agradecer a iniciativa do nobre Deputado

Nereu Carlos Massignan, tão bem apoiada pelo vice-Líder do Partido do Governo, Deputado - Dirceu Manfrinato.

Realmente, a cada dia que passa, nós estamos aprendendo um pouco mais com o Deputado Nereu Carlos Massignan. Às vezes ele é parlamentarista e eu sou presidencialista. Às vezes, ele não quer deixar passar um projeto pelo seu vício de origem, e nós, pelo seu caráter social, damos voto contrário ao dele. Mas ontem, na palestra que proferiu e quero aproveitar a oportunidade de agradecer-lhe, no Diretório do Partido Democrático Trabalhista, ontem, aprendemos muito com ele, e hoje ele dá o exemplo da verdadeira democracia que pode imperar nessa Casa, a partir da Constituinte paranaense a ser instalada no início do ano que vem.

Muito obrigado ao nobre Parlamentar pela sua iniciativa e aos nobres Deputados que compõem esta Casa, porque realmente, marca o início de um grande passo da Democracia nesse Estado e nesse País.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando o Deputado Nereu Carlos Massignan trouxe o requerimento para que apoiássemos a idéia defendida nessa tribuna pelo ilustre parlamentar, cheguei à conclusão de que o ilustre Parlamentar estava atento à Constituinte que se trava em Brasília.

Cheguei à conclusão que o Partido dos Trabalhadores, o Partido da Frente Liberal, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido Liberal nesta Casa, precisavam participar dessa Constituinte que vem aí. Porque idéias precisam ser levadas a uma mesa. Precisamos debater e estar reocupados com a Constituinte lá em Brasília. Vejam só os Senhores. E porque apoiar como diz o Deputado de Bandeirantes, Valderi Mendes Vilela, como diz o Deputado Dirceu Manfrinato? Hoje, ao ir à uma Delegacia de Polícia em Curitiba, cumprindo com as minhas obrigações de repórter policial, como é aqui também, o Deputado Algaci Túlio, fiquei espantado que um pedacinho da Constituinte está sendo copiada da Constituição Americana.

Agora o estupro: o homem entra na nossa casa, estupra a minha esposa, os meus filhos. O que é que acontece? Se ele é preso em flagrante, o Delegado tem que ti-

rar a carteirinha e dizer: "Sou Delegado". Lê um artigo: "O Senhor pode ficar com a boca fechada", tem que comunicar ao Juiz. Podem vir os advogados e ele pode dizer: "Não, eu não pratiquei o estupro" e a nossa família vai ficar violentada.

Se um traficante for pego vendendo maconha ao seu filho, o que é que acontece? Vai ser um crime agora afiançável. Ele paga, vai para a rua e vai continuar vendendo a maconha, que nossos filhos sejam assassinados e violentados, na Nação brasileira.

O Deputado Antônio Bárbara, ontem foi seqüestrado em Maringá, levado 15 quilômetros fora de Maringá, como já foram outros Parlamentares desta Casa. Meteram a máquina no rosto dele, quebraram, destruíram o seu carro. Se já tivéssemos a Constituinte que estão querendo aprovar em Brasília, estes elementos que participaram deste seqüestro, iriam, naturalmente, responder imediatamente em liberdade. Aí demoraria um, dois, três, quatro, cinco dez anos para irem ao Tribunal do Júri.

Então, Senhores, há necessidade como diz o problema da Reforma Agrária, o problema como disse outro dia o Deputado Algaci Túlio, a respeito dessa radiação que está matando em Goiás, e tantas outras coisas como outro dia o Deputado Paulino José Delazeri me disse, que todo "container" que passa por Paranaguá não pode ser aberto, e nós não sabemos o que existe dentro desses "containers", se é cocaína, se é maconha, se é armamento pesado. Uma aula me deu Paulino Delazeri, já aprendi muito com este ilustre Deputado. Muito bem, sobre os "containers", fiquei apavorado, desesperado. Quer dizer que se passar material radioativo num "container" destes, vai embora pode contaminar e nós não sabemos do que se trata. Muita coisa precisa ser debatida nesta Constituinte que está em Brasília. O Deputado Pedro Tonelli, ontem mostrava, com a revista Oeste, que vários elementos estão se armando com armas em Miami, para invadir, para matar, para assassinar e para violentar a família do meu País.

Ora, Senhores por isso que, nesta tarde, engrandeço a atitude, às vezes fico revoltado com o Deputado Nereu Carlos Massignan, porque os meus Projetos quando chegam na mão dele, ele é muito articulista, ele analisa, ele briga, ele vai, etc. e tal, mas como diz o Deputado Valderi Mendes Vilela, às vezes ele aprova o meu Projeto. O Deputado Djalma de Almeida César relata, outros Deputados relatam. Mas eu o respeito e felicito, para que a Constituinte do Paraná não seja feita em um mês, em dois, em três, como estão querendo fazer em Brasília, mas que possamos sentar, nós do PMDB, o Pedro Tonelli, do

PT, o ilustre Deputado do PT, os ilustres Deputados do PDT, do PTB, do Partido da Frente Liberal, ouvirmos a população do Paraná, trazermos a população até os nossos debates, ouvirmos as nossas cidades, ouvirmos Londrina, Curitiba, Cianorte, Umuarama, Jandaia do Sul, o Sudoeste, o Oeste do Paraná e fazermos uma Constituinte forte, não plagiarmos a Constituição americana ou de outros países. Vamos fazer a nossa! Mas, para fazermos a nossa vamos ouvir os anseios do povo, vamos às favelas vamos aos conjuntos habitacionais, vamos às Delegacias de Polícia, vamos ouvir, enfim, todos, para que nós não possamos errar, e sim fazer uma Constituinte plena, séria, humana, que não destrua, que não violenta, que não rasgue a moral e os princípios e a família do meu Estado paranaense!

Meu voto é seu, Deputado Nereu Carlos Massignan, meu voto é desta Casa de Leis, honrada, serena e presidida pelo ilustre Deputado Antônio Annibelli.

Estou com os Senhores por uma Constituinte forte, humana e que vá ao encontro do interesse da família do meu Estado, da família do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em votação o requerimento do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei que denomina Aeroporto "Engenheiro Gastão de Mesquita Filho", o do Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 200/87, que regulamenta a eleição do Superintendente do IPE. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo sua intervenção para que sejam libertados os ex-membros do Partido dos Trabalhadores, que se encontram presos na cidade de Salvador, Estado da Bahia, acusados de tentarem assaltar o Banco do Brasil. **Rejeitado.**

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu gostaria que Vossa Excelência registrasse nos Anais da Casa, a presença do prefeito de Itapira e do ex-Prefeito de Guairacá, Osmar Mendes Neves.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a lembrança e registra, com satisfação, a visita ilustre dos companheiros.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares.

Gostaria de fazer referência a este requerimento do nobre colega Antônio Belinati, quanto ao seu teor, que na semana passada não pudemos, infelizmente, manifestar a nossa posição quanto ao seu teor, bem como a indagação do eminente Líder da Bancada Majoritária nesta Casa, Deputado Caíto Quintana, quando questionava que gostaria de ter a posição definida do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, quanto ao texto do requerimento do Deputado Antônio Belinati e ao envolvimento deste Partido, neste episódio.

Primeiro, gostaria de retomar o teor do requerimento do Deputado Antônio Belinati, quando este afirmava e solicitava a interveniência do Ministro da Justiça, pedindo a imediata libertação dos 6 presos, que estão em Salvador, acusados de tentativa de assalto ao Banco do Brasil.

Foi questionado também, pelo Líder da Bancada do PMDB se o Partido dos Trabalhadores nesta Casa, confirmava que o crime de Salvador era um crime político, que visava recolher fundos para o Partido dos Trabalhadores. Neste caso, o PMDB votaria a favor, segundo o seu Líder. E nesse dia, devo manifestar a posição do Partido e deste Parlamentar, tanto quanto na questão da argumentação do Líder, como ao requerimento do outro Líder, Deputado Antônio Belinati.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os seis jovens envolvidos na tentativa de assalto ao Banco do Brasil, estão presos desde abril de 1986. Durante esse tempo, ao que nós sabemos, a Justiça pouco fez para elucidar a verdade dos fatos. Pelo contrário, está fazendo inúmeras tentativas para incriminar e relacionar esses 6

jovens, alguns, ex-petistas, envolvendo-os com outros crimes, acontecidos após as suas prisões. Além de estarem sendo responsabilizados por crimes que jamais cometeram, como invasão a apartamentos, assaltos a bancos que aconteceram depois das suas prisões.

Os 6 jovens iniciaram, há poucas semanas, uma greve de fome, para demonstrar a existência de uma trama política-jurídica montada contra eles, a fim de incriminá-los nesses crimes, que não cometeram.

Para saber do paradeiro de 2 companheiros seus desaparecidos, que assim ficaram desde o dia 21 de setembro, que foram levados, segundo informações da Polícia, para o Estado de Alagoas, para uma acareação.

A greve de fome visa pedir à Justiça baiana, que proceda ao seu trabalho com lisura e independência, dando-lhes um julgamento rápido e justo. Tal atitude visa, também, protestar contra a acareação que está sendo feita de Telmo Crescêncio e Cícero Araújo, com funcionários do BRADESCO e do BANORTE, apesar desses assaltos terem acontecido após a sua prisão. Este procedimento tem por objetivo, também, protestar contra as suas condições de presos incommunicáveis em que foram colocados, desde o dia 21 de setembro. Protestar, também, contra a tentativa de incriminá-los em crimes que não cometeram, para, assim, aumentar suas penas e fazê-los passar, perante a opinião pública, por marginais. Também para protestar contra processos "fantasmas" que vêm sendo abertos contra eles, culpando-os de tudo, até de roubos de automóveis e assaltos a residências; para, também, chamar a atenção das autoridades, pelas tentativas que a direita está fazendo para assassiná-los.

O Partido dos Trabalhadores, aqui nesta Casa, diante desta situação, quer deixar claro para todos, o seguinte:

Primeiro - Os 6 jovens que tentaram assaltar o Banco, em Salvador em abril de 1986, o fizeram, em nome de um grupo clandestino para obter fundos para esse grupo, por isso é que eles se julgam presos políticos. Portanto, desmente-se o que vem sendo afirmado pelo Deputado Antônio Belinati e que também foi objeto de questionamento pelo Deputado Caíto Quintana, nesta Casa.

Não foi para o PT.

Eles se diziam integrantes de um grupo clandestino e que os recursos seriam destinados ao mesmo.

O Partido dos Trabalhadores, em abril de 1986, logo após a tentativa de assalto, eliminou do seu quadro de filiados os 6 jovens ora em pauta, por não concordar com este tipo de prática de petistas, que não é partidária, mas sim, uma prática indivi-

dual, de alguns membros que tiveram participação, no passado, no Partido dos Trabalhadores. No entanto, o Partido dos Trabalhadores não concorda com a forma com que a Justiça está conduzindo as investigações e conforme ela está fazendo o julgamento pois esta conduta da Justiça fere os direitos fundamentais do homem.

Por isto, através de requerimento deste Parlamentar, exigimos que a Justiça baiana aja com lisura, independência e rapidez, não para a libertação dos seus presos mas sim, na apuração dos fatos e no imediato julgamento. Isso é o que nós queremos, porque não devemos julgar um caso que não conhecemos bem; e se têm culpa, devem cumprir pena, e não devemos emitir opinião e pedir ao Ministro que os liberte imediatamente, porque não sabemos do envolvimento e do grau de culpa.

Diante do exposto, o que eu gostaria de requerer e que estou requerendo e que certamente será votado ainda nesta sessão, é de que, após ouvido este respeitoso Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Justiça e ao Secretário da Justiça da Bahia, solicitando o imediato julgamento dos seis jovens envolvidos na tentativa de assalto ao Banco do Brasil no ano passado. Portanto, essa é a posição do Partido dos Trabalhadores e deste Parlamentar nesta Casa.

E digo mais, gostaria de sentir aqui com clareza e argumentação, uma posição clara e da mesma forma que o Partido dos Trabalhadores tomou, vem tomando e vai tomar sempre, com relação aos outros tipos de assaltantes de banco que nós temos aqui no Paraná e que pertencem ao Partido de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, que não têm a coragem daqueles seis jovens, de empunhar uma arma e tirar dinheiro de um banco que está muitas vezes até ganhando injustamente, mas que preferem tirar dos cofres públicos para financiar campanhas, ou para enriquecer-se, e todas as denúncias contra companheiros do seu Partido.

Gostaria, sinceramente, aqui nesta Casa, de deixar registrado que gostaria de ver a posição do Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, que o seu Partido não queira, que seus assaltantes não queiram aqueles que tiram dinheiro público para buscar os seus princípios pessoais.

O Sr. Caíto Quintana - Espero que Vossa Excelência me dê a relação dos nomes que está acusando, para eu poder responder.

O SR. PEDRO TONELLI - Digo a Vossa Excelência que os seus nomes são já de conhecimento público, os outros, denunciarei oportunamente e Vossa Excelência terá

oportunidade de pedir a sua expulsão, a apuração, o julgamento e a condenação. É esse o procedimento que esperamos de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas, e voto contra o requerimento do Deputado Antônio Belinati, e voto a favor do requerimento pedindo o imediato julgamento dos presos políticos em Salvador.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Está em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 156/87, que torna obrigatória a adoção do vale-transporte pelo poder Público Estadual. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 229/87, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Meninos de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo uma política de apoio ao pequeno agricultor, em virtude da dificuldade que a classe atravessa. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência pode solicitar a chamada nominal e verificação de votação, se quiser.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimen-

to do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, queiram levantar-se. (Pausa)

Sete Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Um Sr. Deputado rejeita. E, em virtude da aparente falta de "quorum", esta Presidência encerra a Sessão, apenas estranhando a posição do Deputado Pedro Tonelli, em votar contra uma política de apoio ao pequeno agricultor.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu requeiro de Vossa Excelência que conste em Ata o voto do Deputado Pedro Tonelli, contra o requerimento que acaba de ser votado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Está deferido o seu pedido.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 182, 186, 193 e 194/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 129, 171 e 172/87.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 196, 201 205, 210, 214, 222, 268, 267, 229 e 223/87, e do Projeto de Resolução n. 55/87.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 246, 108, 120, 141 e 202/87.

Levanta-se a Sessão.